



PROGRAMAÇÃO

CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS

Honorários Advocatícios, Despesas Processuais, Gratuidade e Sanções Processuais: atualidades

INFORMAÇÕES DA ESCOLA	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Desembargador Marco Aurélio Bezerra de Melo Mandato do Diretor: 03/02/2023 a 03/02/2025		
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	De 06 de maio até 29 de maio de 2024		
DATA E HORÁRIO	De 03 de junho até 28 de junho de 2024 Aulas síncronas: 07, 14 e 21 de junho, das 17h às 18h30min.		
TIPO DE ATIVIDADE (Res. 02/2016 ENFAM)	Curso de formação continuada	CARGA HORÁRIA	20 horas
MODALIDADE	Educação a distância (EaD) com tutoria síncrona e assíncrona	Nº DE VAGAS	40
LOCAL	Plataforma Moodle (http://virtual.emerj.com.br/) e Plataforma Zoom		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	Honorários advocatícios de sucumbência; Fato gerador dos honorários, critérios e parâmetros, sob a ótica da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; Honorários advocatícios quando a fazenda pública é parte: o que diz a jurisprudência; Fixação de honorários no julgamento de recursos e na execução; Despesas processuais; Gratuidade de justiça; Custos do processo e litigância responsável; Sanções processuais; Deveres das partes e dos procuradores; Boa-fé e cooperação; Litigância de má-fé e atos atentatórios à dignidade da justiça; Sanções premiais.		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado: Temas de Processo Civil; Temas em Gestão de Processos e Jurisdição; Relacionamento Institucional e Interpessoal; Empatia e Comunicação; Temas em Legislações Especiais (Lei nº 1.060/50) Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: Temas em Ética; Epistemologia, Filosofia e Teoria da Justiça; Temas em Ensino Jurídico		

<p>JUSTIFICATIVA</p>	<p>O processo judicial é indispensável à estabilização de muitas questões surgidas no seio da sociedade e todo processo judicial tem um custo que engloba honorários advocatícios e despesas processuais, havendo gratuidade de justiça em casos específicos.</p> <p>Além disso, para atingir seus propósitos, o processo judicial deve ser colaborativo, devendo seus sujeitos agirem de acordo com as regras da boa-fé, em respeito aos aspectos éticos do processo.</p> <p>A jurisprudência dos tribunais superiores vem apreciando essas questões e formando importantes entendimentos e precedentes sobre o tema, que irão repercutir nas decisões dos magistrados no 1º e 2º grau de jurisdição.</p> <p>Nesse sentido, justifica-se a realização de capacitação e atualização dos magistrados em curso que abordará os temas dos honorários advocatícios, das despesas processuais, gratuidade da justiça e as sanções processuais.</p>
<p>OBJETIVO GERAL</p>	<p>Ao concluir a formação proposta, o magistrado estará apto a fixar honorários advocatícios de sucumbência, além de avaliar a responsabilidade pelas demais despesas processuais e os casos de gratuidade de justiça, levando em consideração as orientações e precedentes dos tribunais superiores. Além disso, estará apto a exigir de todos os sujeitos do processo a observância de seus aspectos éticos, aplicando as medidas sancionatórias, coercitivas ou indutivas adequadas.</p>
<p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>	<p>Ao final do módulo 1, o magistrado será capaz de fixar os honorários advocatícios de sucumbência, levando em conta seus critérios e parâmetros, sob a ótica da jurisprudência do STJ, mesmo nos casos em que a Fazenda Pública for parte, quando oferece certas peculiaridades trabalhadas pela lei e pela jurisprudência, conhecendo, ainda, as discussões jurídicas que envolvem a fixação dos honorários de sucumbência no âmbito dos tribunais.</p> <p>Ao final do módulo 2, o magistrado será capaz de definir a responsabilidade provisória e definitiva pelas despesas processuais, diante das regras do Código de Processo Civil (CPC) de 2015 e dos diferentes procedimentos, além de poder avaliar e deferir, ou não, os casos de gratuidade de justiça, considerando, ainda, os demais institutos de socialização dos custos regulados pelo CPC.</p> <p>Ao final do módulo 3, o magistrado será capaz de impor a responsabilidade por dano processual, reprimindo a má-fé no processo, através da aplicação das medidas sancionatórias, coercitivas ou indutivas adequadas.</p>
<p>DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE</p>	
<p>COORDENAÇÃO E TUTORIA</p>	<p>Coordenador</p> <p>Humberto Dalla Bernardina de Pinho Desembargador do TJRJ. Professor Titular de Direito Processual Civil na UERJ, na Estácio e no IBMEC. Mestre e Doutor em Direito pela UERJ. Pós-doutor e Martin-Flynn Global Law Professor pela University of Connecticut School of Law. Professor Emérito da Escola do Ministério Público do Rio de Janeiro. Autor do Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo, do Manual de Mediação e Arbitragem, do Manual de Tutela Coletiva e da obra Jurisdição e Pacificação. Tutor pela ENFAM e pela EMERJ.</p>

	<p>Link para o Lattes http://lattes.cnpq.br/1033893977311713</p> <p>Tutora Daniela Muniz Bezerra de Melo Professora de Direito Processual Civil no IBMEC e na EMERJ. Doutoranda e Mestre em Direito. Pós-graduada em Processo Civil. Coordenadora da Pós-graduação em Justiça Multiportas na EMERJ. Especialista em Direitos Humanos e Novas Tecnologias na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Advogada. Link para o Lattes http://lattes.cnpq.br/1013077716206560</p>
AULAS SÍNCRONAS	<p>Natacha Nascimento Gomes Tostes Gonçalves de Oliveira Mestre em Direito. Desembargadora do TJRJ. Professora de Direito Processual Civil da EMERJ. Coordenadora da Pós-Graduação Lato Sensu em Processo Civil da EMERJ. Professora convidada da Pós-Graduação da UCAM e da FACULDADE SUPREMO. Vice-Presidente do Fórum Permanente de Processo Civil na EMERJ. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual. Membro da ABEP. Membro do IAB. Possui Formação de Formadores pela ENFAM. Link para Lattes: http://lattes.cnpq.br/5049211001579172</p> <p>Fredie Souza Didier Junior Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia Diretor Geral da Faculdade Baiana de Direito. Pós-doutor pela Universidade de Lisboa. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Livre-docente pela Universidade de São Paulo. Membro da Academia de Letras da Bahia, do Instituto Brasileiro de Direito Processual, do Instituto Ibero-americano de Direito Processual, da International Association of Procedural Law, da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e da Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo. Sócio do escritório de advocacia Didier Sodré e Rosa Advocacia e Consultoria. Link para Lattes: http://lattes.cnpq.br/3021268770189132</p> <p>Marcelo Leite da Silva Mazzola Pós-Graduado em Processo Civil pela FGV. Pós-doutor pela UERJ. Doutor em Processo Civil pela UERJ. Mestre em Processo Civil pela UERJ. Advogado e Sócio do escritório Dannemann Siemsen Advogados. Vice-Presidente de Propriedade Intelectual do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA). Membro da Associação Brasileira de Direito Processual (ABDPro), do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP) e do Instituto Carioca de Direito Processual (ICPC). Árbitro cadastrado (CBMA, CAMES e CASA). Perito das Varas Empresariais da Comarca da Capital do Rio de Janeiro. Especialista da Câmara de Solução de Disputa de Nomes de Domínio da ABPI (CSD-ABPI) e mediador na Câmara de Mediação da referida entidade (CMED-ABPI). Coordenador de Propriedade Intelectual do MEDIARE. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/8158034450603414</p>
DOCENTES CONTEUDISTAS	<p>Humberto Dalla Bernardina de Pinho Desembargador do TJRJ. Professor Titular de Direito Processual Civil na UERJ, na Estácio e no IBMEC. Mestre e Doutor em Direito pela UERJ. Pós-doutor e Martin-Flynn Global Law Professor pela University of Connecticut School of Law. Professor Emérito da Escola do Ministério Público do Rio de Janeiro. Autor do Manual de Direito Processual Civil</p>

	<p>Contemporâneo, do Manual de Mediação e Arbitragem, do Manual de Tutela Coletiva e da obra Jurisdição e Pacificação. Tutor pela ENFAM e pela EMERJ. Link para o Lattes http://lattes.cnpq.br/1033893977311713</p> <p>Renata Cortez Vieira Peixoto Doutoranda em Direito pela UERJ. Mestre em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP (2007) e Especialista em Direito Processual Civil (2005) pela mesma Universidade. Graduada em Direito. Presidente da Associação Brasileira Elas no Processo - ABEP. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP. Membro da Associação Norte Nordeste de Professores de Processo - ANNEP. Coordenadora da Pós-Graduação em Direito Notarial e Registral da ESA/PE/UNINASSAU. Professora de Processo Civil e de Direito Notarial e Registral de cursos de Pós-Graduação e de cursos preparatórios para concursos. Palestrante. Registradora Civil e Tabeliã no Estado de Pernambuco. Link para Lattes: http://lattes.cnpq.br/3414631706842764</p> <p>José Roberto Sotero de Mello Porto Mini CV: Doutor e Mestre em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pós-graduado em Direito Privado pela Universidade Cândido Mendes. Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro. Presidente da Comissão de Estudos em Processo Civil da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Rio de Janeiro. Ex-assessor da Presidência do Supremo Tribunal Federal (2020/2021). Possui certificação de Formação de Formadores. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/2996357724426183</p>
<p>METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO</p>	<p>O curso é composto de 3 módulos de duração de uma semana cada, além do módulo de ambientação inicial e do módulo de avaliação final. Em cada módulo haverá uma pasta de material complementar para as leituras da semana, duas videoaulas de 30 minutos cada, um fórum de discussão e uma atividade de avaliação processual. No módulo I será utilizada a ferramenta ativa mural virtual, no módulo II será utilizada a ferramenta ativa Wiki colaborativa e no módulo III será utilizada a ferramenta ativa Mapa mental. Haverá encontros síncronos nos 3 módulos.</p> <p>Os materiais são estruturados de modo a gerar uma reflexão aprofundada sobre os temas, de forma participativa, mas respeitando as possibilidades de tempo de cada cursista. As atividades que valem nota estão indicadas no item “avaliação” deste plano de curso.</p> <p>Os materiais que serão utilizados nas atividades propostas: Videoaulas gravadas; Encontros síncronos; Fóruns com perguntas catalizadoras de debates; Ferramentas ativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mural Virtual • Wiki colaborativa • Mapa Mental • Podcast

PROGRAMAÇÃO	
<p>AMBIENTAÇÃO Período: 03/06 e 04/06 Carga Horária: 2h</p>	<p>Programação do curso. Manual do aluno. Navegando pela Plataforma. Fórum de Apresentação dos alunos.</p> <p>Vídeo de Apresentação do Curso – Coordenador: Des. Humberto Dalla Bernardina de Pinho Podcast com estrutura do curso – Tutora: Profa. Daniela Muniz Bezerra de Melo</p>
<p>Módulo 1 Período: de 05/06 a 11/06 Carga Horária: 5h</p> <p>Encontro síncrono: 07 de junho, das 17h às 18h30min.</p>	<p>HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA Ementa: Fato gerador dos Honorários, critérios e parâmetros, sob a ótica da jurisprudência do STJ; Honorários advocatícios quando a fazenda pública é parte; Fixação de honorários no julgamento de recursos e na execução.</p> <p>Vídeoaula: Fato gerador dos honorários advocatícios de sucumbência, critérios e parâmetros, sob a ótica da jurisprudência do STJ; Honorários advocatícios quando a fazenda pública é parte.</p> <p>Conteúdo Programático: Fato gerador dos Honorários, critérios e parâmetros: identificar as inovações do CPC de 2015. Avaliar a aplicação do critério de apreciação equitativa. Honorários advocatícios quando a fazenda pública é parte: avaliar a fixação dos honorários com base em critérios objetivos. Apresentar o entendimento e os precedentes mais recentes dos tribunais superiores sobre a temática.</p> <p>Docente: Humberto Dalla Bernardina de Pinho</p> <p>Encontro síncrono: Dia 07 de junho, das 17h às 18h30min. Fixação de Honorários de sucumbência no Julgamento de Recursos e na Execução. Conteúdo Programático: Identificar as inovações do CPC de 2015. Avaliar a majoração de ofício dos honorários. Apresentar o entendimento e os precedentes mais recentes dos tribunais superiores sobre a temática.</p> <p>Metodologia: Exposição dialogada sobre o conteúdo (50min). Debate a partir de casos concretos da prática dos magistrados (40min).</p> <p>Docente: Natacha Tostes Mediação: Daniela Muniz Bezerra de Melo</p> <p>Avaliação de aprendizagem: Fórum de Discussão baseado na apreciação teórica/prática dos temas propostos. Mural Virtual.</p> <p>Leitura obrigatória:</p> <p>-PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo, 6. edição, Rio de Janeiro: Saraiva, 2024. Pgs. 298 a 309.</p> <p>-LOPES Jr. Jaylton. Manual de Processo Civil. São Paulo: Jus Podivm, 2024. Pgs. 214 a 226.</p> <p>Leitura Complementar:</p> <p>CASTRO, Daniel. O processo de execução e a autonomia dos honorários sucumbenciais</p> <p>DE CASTRO, Barbara. UMA ANÁLISE SOBRE OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS E AS LACUNAS SOBRE SUAS HIPÓTESES DE FIXAÇÃO</p> <p>FONSECA, Thiago. O ÔNUS FINANCEIRO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA E A RELAÇÃO COM A BOA-FÉ PROCESSUAL E SEUS CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO</p>

<p>Módulo 2 Período: 12/06 a 18/06</p> <p>Carga Horária: 5h</p> <p>Encontro síncrono: 14 de junho, das 17h às 18h30min.</p>	<p>DESPESAS PROCESSUAIS E GRATUIDADE DE JUSTIÇA Ementa: Despesas Processuais; Gratuidade de Justiça; Custos do Processo e Litigância Responsável.</p> <p>Vídeoaula: Despesas processuais e gratuidade de justiça Conteúdo Programático: Identificar as inovações do CPC de 2015. Diferenciar a responsabilidade provisória e a responsabilidade definitiva pelas despesas processuais. Requisitos para a concessão da gratuidade de justiça. Apresentar o entendimento e os precedentes mais recentes dos tribunais superiores sobre a temática. Procedimento para a concessão e para a impugnação, sob a ótica do magistrado. Docente: Renata Cortez Vieira Peixoto</p> <p>Encontro síncrono: Dia 14 de junho, das 17h às 18h30min. Custos do Processo e Litigância Responsável. Conteúdo Programático: Avaliar os custos do processo no Brasil e a necessidade de uma litigância responsável. Identificar e refletir sobre institutos previstos no CPC que permitem a socialização dos custos do processo, para que possam ser assim percebidos na prática pelos magistrados: autocomposição; produção antecipada de provas; negócios jurídicos processuais; gratuidade de justiça. Metodologia: Exposição dialogada sobre o conteúdo (50min). Debate a partir de casos concretos da prática dos magistrados (40min). Docente: Fredie Didier Jr. Mediação: Daniela Muniz Bezerra de Melo</p> <p>Avaliação de aprendizagem: Fórum de Discussão baseado na apreciação teórica/prática dos temas propostos. Wiki colaborativa.</p> <p>Leitura obrigatória:</p> <p>-PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo, 6. edição, Rio de Janeiro: Saraiva, 2024. Pgs. 292 a 293 e Pgs. 309 a 313. -NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. São Paulo: Jus Podivm, 2024. Pgs. 219 a 225.</p>
<p>Módulo 3 Período: de 19/06 a 25/06</p> <p>Carga Horária: 5h</p> <p>Encontro síncrono: 21 de junho, das 17h às 18h30min.</p>	<p>SANÇÕES PROCESSUAIS Ementa: Sanções Processuais; Deveres das partes e dos procuradores; Boa-fé e cooperação; Litigância de má-fé e atos atentatórios à dignidade da justiça; Sanções Premiais.</p> <p>Vídeoaula: Deveres das partes e dos procuradores. Boa-fé e cooperação; Litigância de má-fé e atos atentatórios à dignidade da justiça Conteúdo Programático: Identificar as inovações do CPC de 2015. Atos atentatórios à dignidade da justiça. Consequências do descumprimento dos deveres e da prática de atos atentatórios. Boa-fé processual. Cooperação. Lealdade. Abuso de direito processual. Litigância de má-fé. Responsabilidade das partes por dano processual. Apresentar o entendimento e os precedentes mais recentes dos tribunais superiores sobre a temática. Docente: José Roberto Mello Porto</p> <p>Encontro síncrono: Dia 21 de junho, das 17h às 18h30min.</p>

	<p>Sanções Premiais</p> <p>Conteúdo Programático: Conceito e exemplos no CPC de 2015. Sanções premiais atípicas. Vantagens e cabimento da fixação de medidas indutivas pelo juiz. Standards de controle.</p> <p>Metodologia: Exposição dialogada sobre o conteúdo (50min). Debate a partir de casos concretos da prática dos magistrados (40min).</p> <p>Docente: Marcelo Mazzola</p> <p>Mediação: Daniela Muniz Bezerra de Melo</p> <p>Avaliação de aprendizagem: Fórum de Discussão baseado na discussão teórica/prática dos temas propostos. Mapa mental.</p> <p>Leitura obrigatória:</p> <ul style="list-style-type: none"> -CÂMARA, Alexandre Freitas. Manual de Direito Processual Civil. Barueri: Atlas, 2022. Pgs. 99 a 101. -DIDIER JR., Curso de Direito Processual Civil. V.1. São Paulo: JusPodivm, 2024. Pgs. 153 a 163. -MAZZOLA, Marcelo. Sanções Premiais no Processo Civil: previsão legal, estipulação convencional e posposta de sistematização (standards) para sua fixação judicial). São Paulo: Jus Podivm, 2022. Pgs. 294 a 296 e Pgs. 299 a 303.
<p>Módulo de Avaliação de Reação</p> <p>Período: de 26 a 28/06</p> <p>Carga Horária: 3h</p>	<p>Registro Reflexivo</p> <p>Avaliação de Reação</p> <p>Avaliação das Aulas</p>
<p>AVALIAÇÃO (Total 100 pontos)</p>	<p>Módulo I – 30 pontos (total) FÓRUM DE DISCUSSÃO – 15 pontos MURAL VIRTUAL – 15 pontos</p> <p>Módulo II – 30 pontos (total) FÓRUM DE DISCUSSÃO – 15 pontos WIKI COLABORATIVA – 15 pontos</p> <p>Módulo III – 40 pontos (total) FÓRUM DE DISCUSSÃO – 20 pontos MAPA MENTAL – 20 pontos</p>
<p>CERTIFICAÇÃO</p>	<p>Registro no SIEM</p> <p>Emissão de certificado na plataforma Moodle</p>